

CARTA DE APRESENTAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 2/2020 ART. 45º

ROSANO OURIQUES, brasileiro, maior, casado, com endereço comercial na Rua Pasteur, nº 463 – 2º andar, conjunto 204, sala "D", bairro Batel, CEP 80250-080, município de Curitiba, Estado de Paraná, na qualidade de Diretor Administrativo Financeiro da **ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO RCI BRASIL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.230.674/0001-56, com sede na Alameda Europa, 150, bairro Tamboré, CEP 06543-325, município Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, vêm pela presente carta, **apresentar** as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 divulgadas em sítio eletrônico de acesso gratuito no dia 07 de abril de 2025, cumprindo assim os incisos I ao V do artigo 45º no § 3º da Resolução nº 2 de 12 de agosto 2020 editada pelo Banco Central do Brasil listadas a seguir:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio;
- Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas;
- Termo de Responsabilidade de Declaração de Conteúdo.

Por ser declarado a verdade, firmam a presente.

Santana de Parnaíba, 07 de abril de 2025.

ROSANO
OURIQUES:7
8924200968

Assinado de forma digital por
ROSANO OURIQUES:78924200968
Dados: 2025.04.07 11:52:28 -03'00'

ROSANO OURIQUES
Diretor Administrativo Financeiro

SUELY CRISTINA
DA SILVA
LIMA:11789119
855

Assinado de forma
digital por SUELY
CRISTINA DA SILVA
LIMA:11789119855
Dados: 2025.04.07
14:51:49 -03'00'

SUELY CRISTINA DA SILVA LIMA
CRC 1SP155421/O-0
Contadora

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO

RESOLUÇÃO Nº 2/2020 ART. 45º

ROSANO OURIQUES, brasileiro, maior, casado, com endereço comercial na Rua Pasteur, nº 463 – 2º andar, conjunto 204, sala "D", bairro Batel, CEP 80250-080, município de Curitiba, Estado de Paraná, na qualidade de Diretor Administrativo Financeiro da **ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO RCI BRASIL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.230.674/0001-56, com sede na Alameda Europa, 150, bairro Tamboré, CEP 06543-325, município Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, vêm pelo presente termo **declarar** que as informações contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, remetidas pelo Documento 9010 são verídicas para todos os fins de direito, cumprindo assim o inciso V do artigo 45º no § 3º da Resolução nº 2 de 12 de agosto 2020 editada pelo Banco Central do Brasil.

Por ser declarada a verdade, firma o presente.

Santana de Parnaíba, 07 de abril de 2025.

ROSANO
OURIQUES:
789242009
68

Assinado de forma
digital por ROSANO
OURIQUES:7892420
0968
Dados: 2025.04.07
11:55:05 -03'00'

ROSANO OURIQUES

Diretor Administrativo Financeiro

ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO RCI BRASIL LTDA.



Demonstrações Financeiras

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco
Central do Brasil**

Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.

31 de dezembro de 2024

Índice das Demonstrações Financeiras

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório dos Auditores Independentes	5
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	8
Demonstrações dos Resultados	9
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	10
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método indireto	12
Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcio	13
Demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos	14
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	15

Relatório da Administração

Senhores Cotistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., tem como objetivo formar e administrar grupos de consórcios, para aquisição de veículos automotores nacionais e importados.

Em 31 de dezembro de 2024 a empresa administrava 48 grupos de consórcios (45 grupos em 31 de dezembro de 2023) com uma base de clientes ativos de 25.145 consorciados (26.626 consorciados ativos em 31 de dezembro de 2023) e 11.180 bens entregues (15.694 de bens entregues em 31 de dezembro de 2023).

Eventos Societários

Em 17 de dezembro de 2024 ocorreu a aprovação do relatório de responsabilidade social, ambiental e climática relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos da resolução CMN 4.945/2021.

Em 18 de dezembro de 2024 através da ata de reunião de diretoria, ratificaram a indicação do Sr. Maick Felisberto Dias, como encarregado pelo tratamento de dados pessoais e nomearam a Sra. Fabiana Gomes Malage Goulart, para exercer temporariamente as funções do encarregado, em caso de sua ausência, impedimento ou vacância, até a regularização da situação. Fixaram as atribuições e responsabilidades do cargo, nos termos da resolução CD/ANPD nº 18 de 16 de julho de 2024, para viabilizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), promovendo a implementação e a gestão de medidas técnicas, administrativas e operacionais que visem à proteção dos dados pessoais tratados pela empresa.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$ 24.530 Mil em 31 de dezembro de 2024, apresentando aumento de 31,96% em relação a R\$ 18.589 Mil em 31 de dezembro de 2023. O lucro líquido apresentado no período findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 5.942 Mil (31/12/2023 - R\$ 5.749 Mil)

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos totais atingiram R\$ 100.737 Mil (31/12/2023 – R\$ 63.486 Mil). Desse montante destacamos R\$ 73.324 Mil que correspondem as despesas de comissões pagas antecipadamente, a serem diferidas no prazo dos contratos

Em 31 de dezembro de 2024, o exigível total atingiu R\$ 76.207 Mil (31/12/2023 – R\$ 44.897 Mil), deste montante destacamos R\$ 10.771 Mil de empréstimos para expansão das atividades junto a administradora.

Auditoria Independente

A política de atuação da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda. e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria foram divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas do controlador RCI Banque.

Agradecimentos

A Administração da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., agradece aos cotistas pela confiança depositada.

Santana de Parnaíba, 03 de abril de 2025.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.
Santana de Parnaíba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2024 e das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2024 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Rodrigo de Mattos Lia

Contador CRC 1SP-252418/O-3

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2024 e em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	2024	2023		Notas Explicativas	2024	2023
Ativo Circulante		19.184	15.794	Passivo Circulante		14.377	12.905
Disponibilidades		1.687	2.994	Outras Obrigações		14.377	12.905
Aplicações Financeiras de Liquidez		11	10	Fiscais e Previdenciárias		399	698
Títulos e Valores Mobiliários	4	13	11	Diversas	9	9.694	7.911
Livres		13	11	Receita Antecipada	8	4.284	4.296
Letras Financeiras do Tesouro	4.a	13	11				
Outros Créditos	5	17.473	12.779	Exigível a Longo Prazo		61.830	31.992
Rendas a Receber		2.792	3.015	Empréstimos	7	10.771	-
Outros Valores e Bens	5.a	14.064	8.611	Fiscais Diferidos	6 (a)	11.438	2.651
Diversos		617	1.153	Receita Antecipada	8	37.925	27.136
Realizável a Longo Prazo		81.536	47.370	Diversas	9	1.696	2.205
Títulos e Valores Mobiliários	4	1.682	4.711	Patrimônio Líquido		24.530	18.589
Livres		1.682	4.711	Capital Social	11.a	7.270	7.270
Carteira Própria	4.b	1.682	4.711	De Domiciliados no País		5	5
Outros Créditos	5	74.495	42.659	De Domiciliados no Exterior		7.265	7.265
Outros Valores e Bens	5.a	65.381	40.829	Reserva de Lucro	11.b	17.260	11.319
Diversos		9.114	1.830	Reserva Legal		1.454	1.454
Crédito Tributário	6	5.359	-	Reserva Especial Lucros		15.806	9.865
Fiscais Diferidos		5.359	-	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		100.737	63.486
Ativo Permanente		17	322				
Imobilizado de Uso		17	322				
Total do Ativo		100.737	63.486				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Receitas da Intermediação Financeira		275	595	1.591
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		275	595	1.591
Receita de Prestação de Serviços		24.930	51.654	46.192
Rendas de taxa de administração de consórcios	12	24.930	51.654	46.192
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(16.238)	(42.226)	(39.072)
Despesas Gerais e Administrativas	13	(22.923)	(47.057)	(36.038)
Despesas Tributárias		(1.951)	(5.657)	(6.011)
Provisão Para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		(22)	(73)	(79)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	14	8.658	10.561	3.056
Outras Receitas (Despesas) não Operacionais		(652)	(652)	-
Outras Receitas não Operacionais		(652)	(652)	-
Resultado antes da Tributação sobre Lucros	-	8.315	9.371	8.711
Imposto de Renda e Contribuição Social	6 (a)	(3.070)	(3.429)	(2.962)
Impostos Diferidos		(3.070)	(3.429)	(2.962)
Resultado Líquido do Período		5.245	5.942	5.749
Resultado Líquido por Ação - R\$		0,72	0,82	0,79

Demonstração do Resultado Abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Resultado Líquido do Período	5.245	5.942	5.749
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	-	-	-
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	-	-	-
Total dos ajustes não incluídos no Lucro Líquido	-	-	-
Resultado Abrangente do Período	5.245	5.942	5.749

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucro / Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11	7.270	1.454	9.969	-	18.693
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	5.749	5.749
Distribuição de dividendos		-	-	(5.853)	-	(5.853)
Transferência para Reserva de Lucro		-	-	5.749	(5.749)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11	7.270	1.454	9.865	-	18.589
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	5.942	5.942
Transferência para Reserva de Lucro		-	-	5.942	(5.942)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11	7.270	1.454	15.806	-	24.530
Saldos em 30 de junho de 2024	11	7.270	1.454	10.562	-	19.286
Resultado Líquido do Semestre		-	-	-	5.245	5.245
Transferência para Reserva de Lucro		-	-	5.245	(5.245)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11	7.270	1.454	15.806	-	24.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2024 2º semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Lucro Líquido do Período	5.245	5.942	5.749
Ajuste ao lucro líquido do Semestre/Exercício	2.434	3.776	3.772
Provisão Para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	22	73	123
Provisão para Riscos Cíveis, Obrigações Legais e Previdenciárias	(1.254)	(497)	687
Despesas Financeiras	596	771	-
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	3.070	3.429	2.962
Variações de Ativos e Passivos	(6.755)	(21.340)	(1.235)
Aumento (Redução) em Títulos Valores Mobiliários	6.240	3.015	13.835
Redução (Aumento) em Outros créditos	(16.342)	(36.603)	(32.095)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	3.347	12.248	17.043
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-	(18)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais	924	(11.622)	8.287
Alienação de Imobilizado de Uso	305	305	-
Caixa Líquido Gerado (Recebido) nas Atividades de Investimentos	305	305	-
Pagamento de Dividendos	-	-	(5.853)
Empréstimos	-	10.000	-
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades de Financiamento	-	10.000	(5.853)
Aumento (Redução) Líquido de Disponibilidades	1.229	(1.317)	2.434
Disponibilidades no Início do Semestre/Exercício	458	3.004	570
Disponibilidades no Final do Semestre/Exercício	1.687	1.687	3.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	2024 Exercício	2023 Exercício		Notas Explicativas	2024 Exercício	2023 Exercício
Ativo Circulante e não Circulante		291.514	256.024	Passivo Circulante e não Circulante		291.514	256.024
Depósitos Bancários		1.450	5.761	Obrigações com Consorciados		107.615	99.040
Aplicações Financeiras	17	110.374	88.674	Valores a Repassar		14.217	12.092
Disponibilidade dos Grupos		10.058	4.152	Obrigações com o Administrador		605	-
Vinculado a Contemplações		100.148	84.516	Contemplações a Entregar		100.148	84.554
Recursos dos Grupos em Formação		168	6	Recursos a Devolver a Consorciados		55.465	48.579
Outros Créditos		179.681	161.580	Recursos dos Grupos		13.464	11.759
Bens Retomados ou Devolvidos		1.109	794				
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	18	178.572	160.787				
Diversos		9	9				
Compensação		1.692.131	1.904.913	Compensação		1.692.131	1.904.913
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados		13.946	11.772	Recursos Mensais a Receber de Consorciados		13.946	11.772
Contribuições Devidas aos Grupos		881.884	985.824	Obrigações dos Grupos por Contribuições		881.884	985.824
Bens a Contemplar		796.301	907.317	Bens a Contemplar		796.301	907.317
Total do Ativo		1.983.644	2.160.937	Total do Passivo		1.983.644	2.160.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado).

	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Disponibilidades no Início do Semestre/Exercício	105.773	94.435	77.449
Depósitos Bancários	8.032	761	3.213
Aplicações Financeiras	97.741	93.674	74.236
(+) Recursos Coletados	153.902	301.632	241.861
Contribuições para Aquisição de Bens	116.676	222.248	164.002
Taxa de Administração	23.877	54.134	55.244
Contribuições ao Fundo de Reserva	2.368	4.636	4.099
Rendimentos de Aplicações Financeiras	4.631	8.696	8.425
Multas e Juros Moratórios	852	1.575	894
Prêmios de Seguros	857	1.712	1.303
Outros	4.641	8.631	7.894
(-) Recursos Utilizados	(147.851)	(282.092)	(224.875)
Aquisição de Bens	(108.678)	(202.043)	(150.764)
Taxa de Administração	(23.814)	(54.314)	(57.265)
Multas e Juros Moratórios	(285)	(566)	(468)
Prêmios de Seguros	(878)	(1.709)	(1.297)
Devoluções a Consorciados Desligados	(6.107)	(9.421)	(4.137)
Outros	(8.089)	(14.039)	(10.944)
Disponibilidades no Final do Semestre/Exercício	111.824	111.824	94.435
Depósitos Bancários	1.450	1.450	761
Aplicações Financeiras	110.374	110.374	93.674

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. ("Administradora") é uma empresa brasileira sediada em Santana de Parnaíba/SP, que faz parte do Grupo Renault e iniciou suas atividades em 22 de julho de 1993. As operações da Administradora consistem na Administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos automotores nacionais e importados, com a cobrança de taxa de Administração. Os recursos recebidos dos grupos de consórcios são utilizados na aquisição de veículos, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro e o rendimento incorporado ao fundo comum de cada grupo.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e com base na Resolução BCB nº 2, 12 de agosto de 2020, bem como, com observância nas demais normas e das instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil específicas para administradoras de consórcios, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As demonstrações financeiras da Administradora foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações. Na data de emissão das presentes demonstrações financeiras, a administração concluiu que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade da Empresa de continuar operando nos próximos 12 meses, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio ativos são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentadas para os semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Principais normativos aplicados em períodos futuros:

- **Instrução Normativa BCB nº 464 de 11 de Abril de 2024**, Esclarece os critérios a serem observados na estimação dos parâmetros para mensuração da perda esperada associada ao risco de crédito de que tratam a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025
- **Resolução BCB nº 390, de 12 de Junho de 2024**, Altera a Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil – Cosif pelas administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2024, quanto ao disposto no art. 2º, caput, incisos II e III, em 1º de janeiro de 2025, quanto aos demais dispositivos, em 1º de janeiro de 2030, no que se refere: a) ao art. 1º, na parte em que altera o art. 4º da Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021; b) ao art. 2º, caput, inciso I, alínea "a".

- **Resolução BCB nº 352, de 23 de janeiro de 2023**, Com as atualizações trazidas pelos demais normativos vinculados, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da referida normativa será aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção serão reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais.

A Administradora estima que os efeitos esperados da adoção do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito tenham um incremento da provisão de aproximadamente R\$ 87 mil que inclui provisão mínima requerida, provisão adicional, além das provisões para títulos e garantias financeiras prestadas. Para fins de mensuração, foram considerados os seguintes parâmetros:

Os efeitos da alteração de categorias, conforme estipulado pelo Art. 12 da resolução BCB 352/23, refletem os impactos da remensuração decorrentes de reclassificação entre as categorias. As reclassificações não geraram necessidade de remensuração dos títulos, ou seja, nos seus valores.

O efeito da adoção inicial do modelo será reconhecido no patrimônio líquido pelo valor de R\$ 57 mil após os efeitos tributários.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 03 de abril de 2025.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Da Administradora

a. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Administradora é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

b. Resultado das operações

A taxa de administração, devida pelos participantes dos grupos de consórcios, é reconhecida como receita pelo regime de competência. O CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente foi adotado em cumprimento da Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021, o qual estabelece que a entidade deve reconhecer suas receitas quando as obrigações de desempenho forem cumpridas perante os clientes, ou seja, quando houver a transferência de bens ou serviços prometidos mediante contrato entre as partes.

A despesa de comissão decorrente da comercialização de cotas por terceiros, é apropriada diferida ao prazo do contrato do cotista. A Instrução Normativa BACEN/DENOR nº 187 de 25 de novembro de 2021 revogou a Carta Circular nº 2.598, de 27 de novembro de 1995 a qual não permitia o diferimento desta despesa. As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

c. Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa abrangem as disponibilidades prontamente conversíveis em caixa, investimentos de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazos de vencimento iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias.

d. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas, títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

De acordo com esses critérios, os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados conforme abaixo:

1. Títulos para negociação: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
2. Títulos disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários;
3. Títulos mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a Empresa tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular BCB nº 3.068/01.

A Administração mantém os recursos próprios aplicados em títulos mantidos até o vencimento em letras de câmbio (LC). Os recursos de grupos encerrados são aplicados em títulos mantidos para o vencimento em letras financeiras do tesouro (LFT) os quais são reconhecidos em contas de compensação conforme a Resolução BCB nº 156 de 19 de outubro de 2021.

e. Despesas Antecipadas

São contabilizados os recursos de pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de consórcios.

f. Ativo permanente

Demonstrado pelos valores de custo de aquisição de cotas de consórcio para compra futura de bens.

g. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administradora, foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administradora revisa as estimativas e as premissas pelo menos semestralmente. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto diferido ativo e provisão para contingências.

h. Passivo circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço.

i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

A Instrução Normativa BCB nº 319 de 04 de novembro de 2022, revogou a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010. Assim sendo, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução BCB n.º 9/2020, que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para as administradoras de consórcio.

- Provisões para contingências: as provisões para contingências são reconhecidas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, bem como a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas ao valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.
- Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos contingentes: classificados como de perda possível, não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas. Os casos classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

j. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda – IR (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	9,00%
PIS/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	7,60%
PIS/Pasep (sobre Receitas Financeiras)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins (sobre receitas financeiras)	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	2,00%

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos (vide nota explicativa 6) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução BCB n.º 15 de 17 de setembro de 2020, e estão suportados por estudo técnico de capacidade de realização.

k. Provisão para inadimplência dos grupos

A Administração constituiu provisão para inadimplência de grupos ativos e encerrados, com base na avaliação da assessoria jurídica, que leva em consideração o estágio do processo jurídico e a expectativa de perda do valor devido, descontado o montante recuperável através da venda dos bens retomados.

l. Obrigações com consorciados

Representam o excedente obtido na gestão dos grupos de consórcios encerrados, que serão restituídos aos antigos cotistas, proporcionalmente às respectivas cotas, à medida que forem solicitadas, uma vez que não foi possível localizar esses consorciados.

m. Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do período aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. Observado este regramento, a Administradora considera que o lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 5.988 (Mil), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

	2024	2023
	Exercício	Exercício
Resultado Líquido do exercício	5.942	5.749

3.2 Dos grupos de consórcio**a. Disponibilidades e aplicações financeiras**

Representam o montante dos recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária. Conforme determina o Bacen, os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao saldo de caixa de cada grupo de consórcios administrado pela Administradora, por ocasião das assembleias mensais, não incidindo taxa de Administração sobre estes. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos até a data do balanço, computados individualmente por grupo.

b. Direitos com consorciados contemplados

Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Refere-se à previsão, para o mês subsequente ao do balanço, dos recebimentos de contribuições de consorciados (fundo comum e fundo de reserva). O montante foi calculado com base no preço vigente do bem na data de encerramento das demonstrações financeiras.

d. Bens a contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculados com base no preço do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

e. Recursos coletados

Representam os recursos coletados desde a constituição dos grupos (ativos), inclusive por reajustes de saldo de caixa, rendimentos vinculados e valores transferidos ao fundo de reserva. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens, recebido dos participantes dos grupos, é determinado com base no valor do bem e o percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescidos da taxa de administração, do fundo de reserva e do seguro de vida, quando autorizado pelo consorciado. O Fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa, de cada grupo, pelo não recebimento de prestações. São constituídos na base de 2% sobre as prestações recebidas e pelos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras das referidas prestações.

f. Recursos utilizados

Representam todos os pagamentos realizados pela Administradora por conta dos grupos, inclusive a taxa de administração, decorrentes dos diversos compromissos dos grupos, que são debitados nas subcontas específicas, e têm como contrapartida as subcontas do grupo recursos a utilizar.

g. Obrigações com consorciados

Representam as contribuições de consorciados não contemplados para aquisição de bens, a título de fundo comum, e os valores recebidos cuja destinação não foi identificada.

h. Contemplações a entregar

Representam os compromissos pela entrega de bens a consorciados contemplados, acrescidos dos respectivos rendimentos financeiros.

i. Recursos a devolver a consorciados

Representam os recursos a devolver a consorciados: ativos por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização ou, ainda, aos consorciados desistentes e excluídos.

4 Títulos e valores mobiliários - Administradora

	2024	2023
Circulante		
Letras Financeiras do Tesouro (a)	13	11
Realizável Longo Prazo		
Carteira Própria - Letras Cambiais (b)	1.682	4.711
Total	1.695	4.722

(a) São compostas por letras financeiras do tesouro, correspondentes aos recursos de grupos encerrados. Possuem data de emissão em 01 de setembro de 2024 com prazo de vencimento para 01 de setembro de 2025, classificadas como mantidas até o vencimento, não existindo diferenças entre o valor de curva e o valor de mercado.

(b) São constituídas por títulos cambiais de liquidação imediata, realizados com partes relacionadas (vide nota explicativa 15) pactuados com taxas pós-fixadas e em condições normais praticadas de mercado. Possuem data de emissão entre 25 de novembro de 2025 e 20 de dezembro de 2024, e prazo de vencimento em dezembro de 2026 e março de 2027, classificados como mantidos até o vencimento, não existindo diferenças entre o valor de curva e o valor de mercado.

5 Outros créditos

	2024	2023
Rendas a Receber	2.792	2.983
Taxa de Administração (a)	2.792	2.983
Outros valores e bens	79.445	49.440
Outros Valores e bens – circulante (b)	14.064	-
Outros Valores e bens – realizável a longo prazo (b)	65.381	49.440
Diversos – circulante	617	32
Diversos – realizável a longo prazo (c)	9.114	2.983
Impostos a Compensar	1.285	1.360
Pis/Cofins a Recuperar	7.279	-
Outros Créditos	550	1.623
Total	91.968	55.438
Circulante	17.473	12.779
Realizável a longo prazo	74.495	42.659

- (a) Refere-se a taxa de administração dos grupos de consórcios e reconhecida como receita na competência por ocasião da satisfação da obrigação de performance conforme o CPC 47, aguardando recebimento dos clientes ou repasse dos grupos de consórcios para a administradora
- (b) Referem-se as comissões a diferir no prazo do contrato do consorciado em cumprimento a Instrução Normativa BACEN/DENOR nº 187 de 25 de novembro de 2021.
- (c) Saldo composto substancialmente por impostos a recuperar de Pis e Cofins referente a créditos não compensados de anos anteriores de R\$7.279 mil e outros impostos a compensar de R\$1.285 mil (R\$1.360 em 2023). A serem recuperados/compensados dentro do prazo máximo legal de 5 anos.

6 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social

Os valores lançados no resultado são assim sumarizados:

	2024 2º semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Resultado antes da Tributação sobre Lucros	8.315	9.371	8.711
Adições (a)	46.954	96.126	95.712
Exclusões (b)	(49.833)	(108.835)	(106.893)
Lucro Contábil / Prejuízo Fiscal	5.436	(3.338)	(2.470)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.070)	(3.429)	(2.962)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(3.070)	(3.429)	(2.962)
IRPJ/CSLL sobre Diferenças Temporárias	(1.222)	(4.564)	(3.802)
IRPJ/CSLL sobre Prejuízo Fiscal	(1.848)	1.135	840

- (a) Referem-se a provisões e despesas não dedutíveis.
- (b) Contemplam as reversões de provisões e receitas não tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2024, a Administradora apurou saldo de prejuízo fiscal equivalente a R\$ 3.338 (R\$ 2.470 em 31 de dezembro de 2023).

A Administradora constituiu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, que serão tributáveis ou dedutíveis no futuro no valor de R\$ 3.384 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.642 em 31 de dezembro de 2023), bem como passivo fiscal diferido no montante de R\$ 11.462 (R\$ 6.133 em 31 de dezembro de 2023).

A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro tributável do período antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

Créditos Tributários	31/12/2023	Constituições	Realizações	31/12/2024
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre:				
Provisão para Despesas com Comissões	-	-	-	-
Provisão para Serviços de Consórcio	5.391	14.767	(12.097)	8.061
Provisão para Contingências	2.182	2.976	(3.472)	1.685
Outros	198	134	(125)	207
Efeito CPC 47	(18.038)	77.536	(93.140)	(33.642)
Despesas não dedutíveis	-	714	-	-
Total Base dos Créditos	10.667	96.127	(108.835)	(23.690)
Imposto de Renda Diferido (25%)	(2.567)	24.032	(27.209)	(5.922)
Contribuição Social Diferido (9%)	(924)	8.651	(9.795)	(2.132)
Total de Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	3.491	32.683	(37.004)	(8.054)
Ativo Fiscal Diferido	2.642	6.078	(5.336)	3.384
Passivo Fiscal Diferido	(6.133)	26.362	(31.668)	(11.438)
(+) Créditos Tributários / (-) Fiscais Diferidos	(3.491)	32.441	(37.004)	(8.054)
Prejuízo Fiscal	2.470	3.338	-	5.808
Imposto de Renda Diferido (25%)	618	835	-	1.452
Contribuição Social Diferido (9%)	222	300	-	523
Total de Créditos Tributários sobre Prejuízo Fiscal	840	1.135	-	1.975
Ativo Fiscal Diferido	3.482	7.213	(5.336)	5.359
Passivo Fiscal Diferido	(6.133)	26.362	(31.668)	(11.438)
(+) Créditos Tributários / (-) Debitos Tributários	(2.651)	33.576	(37.004)	(6.079)

b. Expectativa de realização do crédito tributário

Conforme BCB 352, com as atualizações trazidas pelos demais normativos vinculados, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da referida normativa será aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção serão reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais.

A Administradora de Consórcio efetuou seu estudo de realização para a data base de 31 de dezembro de 2024, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

Diferenças Temporárias

Diferenças Temporárias	Realização Créditos Tributários	Valor Presente
2025	2.811	2.506
2026- 2028	573	511
Total	3.384	3.017

Prejuízo Fiscal

Prejuízo Fiscal	Realização Créditos Tributários	Valor Presente
2025	955	952
2026-2028	1020	909
Total	1.975	1.761

O valor presente fora calculado mediante estimativa da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) 2024 correspondente a 12,15%.

7 Empréstimos

Movimentação Empréstimo entre partes relacionadas	31/12/2024	31/12/2023
Novas captações	10.000	-
Juros Incorridos	771	-
Saldo final	10.771	-

Com o objetivo de captar recursos para uso das atividades, a Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. recebeu recursos da Corretora de Seguros RCI Brasil, indicados como empréstimos com partes relacionadas, via contrato de mútuo.

Em 31 de dezembro de 2024 a Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. não apresenta descumprimentos em relação as condições previstas do referido contrato. De acordo com os termos, não existem cláusulas contratuais restritivas (covenants) estabelecidas.

8 CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente

Os valores referem-se a receita recebida antecipadamente a ser diferida ao resultado pelo regime de competência, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

	2024 Exercício	2023 Exercício
Receita Antecipada	42.209	31.432

9 Outras obrigações - Diversas

	2024	2023
Recursos a Devolver a Consorciados (a)	4	3
Credores Diversos - País (b)	1.020	1.966
Provisão para Riscos Cíveis (Nota Explicativa nº 9)	1.685	2.182
Provisão para Comissões (c)	134	336
Provisão para Serviços de Terceiros (d)	8.060	5.390
Outros (e)	488	239
Total	11.390	10.116
Circulante	9.694	7.911
Exigível a Longo Prazo	1.696	2.205

- (a) Estão representados por recursos não procurados a distribuir relativos a fundo de reserva e a obrigação a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados anteriores a Lei 11.795/2008. Os recursos posteriores a mencionada Lei foram reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156. Os Recursos Não Procurados Totais para o exercício de 31 de dezembro de 2024 equivalem a R\$ 1.449 (31 de dezembro de 2023 totalizava R\$ 1.486), tais valores apresentam-se individualizados por consorciados, conforme determinação do Bacen.
- (b) Representam fornecedores a pagar e valores a pagar.
- (c) Representam provisões com comissões pendentes de emissão de notas fiscais.
- (d) Representam provisões para terceirização de administração de grupos de consórcios.
- (e) Representam valores a pagar a partes relacionadas, credores diversos exterior, provisões sobre salários e auditoria externa.

10 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais

Em 31 de Dezembro de 2024, a Administradora constituiu provisão para demandas judiciais, a qual apresentou a seguinte movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023:

	2024			2023		
	Exercício			Exercício		
	Cível	Trabalhista	Fiscal	Cível	Trabalhista	Fiscal
Saldo Inicial	1.827	355	-	1.492	2	-
Constituição	2.387	589	-	1.544	353	-
Reversão	(3.118)	(355)	-	(1.209)	-	-
Saldo Final	1.096	589	-	1.827	355	-
Quantidade	102	9	-	86	6	-

A Administradora possui em 31 de dezembro de 2024, outras 238 ações cíveis (185 em 2023) e 04 trabalhistas (01 em 2023), classificadas com risco de perda possível, com valor envolvido de R\$ 3.513 (R\$ 4.390 em 2023) e R\$ 137 (R\$ 76 em 2023), respectivamente.

11 Capital social

a. Capital social

No semestre e exercícios findos 31 de dezembro de 2024 e no exercício findo 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado está dividido em 7.270.767 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando valores monetários de R\$ 7.270, sendo 5.653 quotas pertencentes a quotistas domiciliados no País e 7.265.114 quotas pertencentes a residentes no exterior.

O capital estrangeiro, no montante de R\$ 7.265, equivalente a US\$ 3.905 na data da integralização, está devidamente registrado no Bacen e pertence ao quotista e controlador RCI Banque.

b. Reserva de lucros

No exercício de 31 de dezembro de 2024, a Administradora constituiu lucros no valor de R\$5.942 e destinou para reserva de lucros, totalizando R\$ 15.806.

A Administradora não destinou recursos para a rubrica contábil reserva legal, pois a mesma já atingiu o limite permitido de 20% sobre o capital social compreendido a R\$ 1.454.

12 Receita de prestação de serviços

Os valores referem-se à prestação de serviços de administração de grupos de consórcio, cobradas mensalmente dos participantes dos grupos de consórcio e apropriadas ao resultado pelo regime de competência conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

	2024 2º semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Taxa de Administração (a)	24.659	51.050	45.513
Taxa de Permanência (b)	271	604	679
Receita de Prestação de Serviços	24.930	51.654	46.192

(a) A taxa de administração é arrecadada junto aos participantes dos grupos de consórcio por ocasião do recebimento das parcelas, sendo que a receita é reconhecida conforme o CPC 47, de forma linear ao longo dos prazos dos contratos, a medida da satisfação da obrigação de performance de transferência do serviço de administração dos grupos de consórcios.

(b) A receita de taxa de permanência é reconhecida e cobrada de forma constante sobre os saldos dos recursos não procurados dos grupos de consórcios encerrados e mantidos sob administração da Empresa.

13 Despesas gerais e administrativas

	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Despesas com Comissões (a)	(12.344)	(26.842)	(17.475)
Despesas de Serviços Técnicos (b)	(7.794)	(14.155)	(12.639)
Propaganda e Publicidade	(506)	(1.090)	(1.307)
Serviços Administrativos	(294)	(1.251)	(1.908)
Despesas com Pessoal	(195)	(430)	(418)
Outras Despesas Administrativas (c)	(1.790)	(3.289)	(2.291)
Total	(22.923)	(47.057)	(36.038)

- (a) Representam as despesas com comissões de representantes de vendas.
- (b) Representados por despesas com terceirização de consórcios, despesas com informática, auditoria externa, despesas com gravames, assessoria e consultoria.
- (c) Representam outras despesas administrativas tais como, despesas bancárias, processamento de dados e despesas legais e judiciais.

14 Outras receitas (despesas) operacionais

	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Resultado de Provisões para Serviços Prestados (a)	(2.403)	(2.670)	(831)
Resultado de Provisão de Comissão	1.451	1.451	-
Reversão Comissões Pendentes (b)	-	2.882	1.920
Reversão de Provisão de Comissão (c)	-	-	2.485
Resultado de Variações Monetárias	822	880	99
Resultado de Provisão para passivos contingentes (nota explicativa nº 9)	1.254	497	(688)
Multa/Juros Impostos, Contribuições.	(7)	(8)	(18)
Resultado com Grupos de Consórcio	-	22	78
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1)	(36)	55
Recuperação de Despesas Diversas	521	521	-
Recuperação de Pis e Cofins	7.022	7.022	-
Total	8.658	10.561	3.100

- (a) Representa o valor destinado a provisão de Profit Share dos serviços prestados pela terceirização da administração dos grupos de consórcios de acordo com a apuração do resultado mensal.
- (b) Representa a despesa de provisão de comissões destinada as representantes de vendas, frente aos pagamentos efetuados no período.
- (c) Representa a reversão de provisão de comissões de período anterior, realizada na receita conforme orientação do plano de contas, Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil – COSIF.

15 Transações com partes relacionadas

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., (CNPJ nº 73.230.674/0001-56) é parte integrante do Grupo RCI Banque.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., reconheceu os valores elencados abaixo referentes partes relacionadas:

	Ativo/Passivo		Receita/Despesa	
	2024 Exercício	2023 Exercício	2024 Exercício	2023 Exercício
Títulos e Valores. Mobiliários	1.682	4.711	595	1.591
Banco RCI Brasil S.A.	1.682	4.711	595	1.591
Diversos	-	751	-	-
RCI Banque S.A.	-	751	-	-
Outras Obrigações - Diversas	335	151	(1.419)	(2.226)
Banco RCI Brasil S.A. (a)	19	24	(431)	(502)
DIAC S.A. (b)	213	127	(79)	(161)
RCI Banque S.A. (c)	103	-	(909)	(1.563)
Empréstimos com partes relacionadas	10.771	-	(771)	-
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A (a)	10.771	-	(771)	-

- (a) Despesas de consultoria destinado a Controlada da Controladora RCI Banque S.A.
- (b) Despesas de informática destinado a Controlada da Controladora RCI Banque S.A.
- (c) Despesas administrativas destinado a Controladora da Administradora.

16 Grupos de consórcio em andamento

Os controles contábeis dos grupos de consórcio ativos são individualizados, respeitando a autonomia de cada grupo, e executados de acordo com as normas emitidas pelo Bacen. Os dados das operações dos grupos de consórcio são compostos apenas pelo segmento 3 – veículos automotores estão demonstrados no quadro abaixo:

	2024 Exercício	2023 Exercício
Grupos Administrados	48	45
Consortados Ativos	25.145	26.626
Bens Entregues no Período	3.226	2.582
Bens Entregues Totais	18.920	15.694
Bens Pendentes de Entrega	1.783	1.672
Desistentes e Excluídos Totais	73.478	59.545
Desistentes e Excluídos no Período	16.088	12.864
Taxa de Inadimplência	7,41%	6,68%

Valores expressos em quantidades, exceto pela taxa de inadimplência a qual está em percentual (%).

17 Aplicações financeiras - Grupos

	2024	2023
	Exercício	Exercício
Cotas de Fundo de Investimento - DI	110.374	88.674
Total	110.374	88.674

Cotas de fundo de investimento - DI, com lastro em títulos públicos, não exclusivo e não existindo diferenças entre o seu valor presente e sua realização de mercado.

18 Direitos com consorciados contemplados

Direitos com consorciados contemplados estão assim representados:

	2024	2023
	Exercício	Exercício
Curso Normal	163.201	150.143
Em Atraso	4.120	3.543
Em Cobrança Judicial	11.251	7.109
Total	178.571	160.787

19 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Administradora não apresentava saldos e não realizou operações, durante os referidos períodos, conduzidas nos mercados de derivativos financeiros.

* * *

DIRETORIA

Diretor Presidente

José Luis Medina Del Rio

Diretor Administrativo Financeiro

Rosano Ouriques

Diretor de Risco

Carlos Alberto Janz Junior

CONTADORA

Suely Cristina da Silva Lima
CRC 1SP 155421/O-0